

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.646.908 - SP (2016/0337671-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
EMBARGANTE : NANCY CARVALHO MARTINS
EMBARGANTE : ODILON NOGUEIRA DE CARVALHO
EMBARGANTE : CARMOS S/A DE MAQUINAS E MATERIAL ELETRICO
EMBARGANTE : ERNESTO DE SOUZA CARVALHO
EMBARGANTE : MAURO NOGUEIRA DE CARVALHO
EMBARGANTE : JOSE DE ASSIS LEMOS
ADVOGADOS : MARCOS JOAQUIM GONÇALVES ALVES - SP146961
GABRIELA SILVA DE LEMOS - SP208452
PAULO CAMARGO TEDESCO - SP234916
ARIANE COSTA GUIMARÃES - DF029766
RODOLFO MARQUES VIEIRA ARAÚJO E OUTRO(S) -
MG134353
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO QUANTO À FIXAÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. NÃO CABIMENTO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos em face de decisão, assim ementada (fl. 574, e-STJ):

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. FGTS. DÍVIDA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA. EXECUÇÃO FISCAL. INADIMPLEMENTO DO FGTS. IMPOSSIBILIDADE DE REDIRECIONAMENTO CONTRA O SÓCIO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM DIVERGÊNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL A PROVIDO.

A embargante aduz que a decisão recorrida é omissa porquanto deixou de observar a fixação sucumbência e recursal, nos ditames do novo Código de Processo Civil.

Defende, que, a partir do novo CPC, uma nova condenação honorária deve ser fixada tendo como causa o surgimento da instância recursal, conforme § 11, do art. 85 do NCPC.

Sem Impugnação.

É o relatório.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

A oposição de Embargos de Declaração, consoante o disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil, é restrita às hipóteses de obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada.

Sustentou a embargante que faz jus ao recebimento de honorários advocatícios sucumbenciais e recursais em razão do provimento do recurso especial interposto pela embargada contra acórdão do Tribunal de origem.

De início, o caso concreto não comporta a aplicação do art. 85, § 11, do CPC/2015 porque o Recurso Especial foi interposto na vigência do CPC/1973, em 21.11.2014 (fls. 463-482, e-STJ).

A respeito, o Plenário do STJ editou o Enunciado Administrativo n. 7: **"Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC."**

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85 DO CPC/2015. NÃO APLICAÇÃO.

1. Os Embargos de Declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.
2. Com efeito, a norma prevista no art. 85, § 11, do novo CPC é de que a majoração dos honorários está vinculada ao trabalho desenvolvido em cada grau recursal, e não em cada recurso interposto no mesmo grau.
3. Assim, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto na vigência do Código de Processo Civil de 1973, é indevida a aplicação do art. 85 do CPC/2015.
4. Embargos de Declaração rejeitados. (EDcl no AgInt no AREsp 862.184/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 14/10/2016)

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS. RECURSO EM MESMO GRAU. NÃO CABIMENTO. OMISSÃO INEXISTENTE.

1. Os preceitos do art. 85, § 11, do CPC/2015, claramente estabelecem que a majoração dos honorários está vinculada ao trabalho desenvolvido em cada grau recursal, e não em cada recurso interposto no mesmo grau.
 2. "Não é possível majorar os honorários na hipótese de interposição de recurso no mesmo grau de jurisdição (art. 85, § 11, do CPC/2015)" (Enunciado 16 da ENFAM).
 3. No caso dos autos, o grau inaugurado com a interposição de recurso especial ocorreu em momento anterior à vigência da nova norma, o que torna sua aplicação indevida, sob pena de retroação de seus efeitos. Ressalte-se que até o agravo regimental, ao contrário do que aduz a embargante, foi interposto antes da vigência do novo CPC.
- Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 1461914/SC, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 10/08/2016).

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ART. 535 DO CPC/73. NÃO IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 283/STF. REQUISITOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA E DANOS MORAIS. SÚMULA N. 7/STJ. HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11, DO CPC/15.

1. Tendo o juízo de admissibilidade utilizado dois fundamentos suficientes

por si sós para inadmitir o recurso especial, deve a parte recorrente impugná-los sob pena de incidência do óbice previsto na Súmula n. 283/STF.

2. Inviável rever o entendimento firmado na instância de origem quando a análise demandar a incursão pelo acervo fático-probatório dos autos.

3. O § 11 do art. 85 Código de Processo Civil de 2015 tem dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos provenientes de decisões condenatórias antecedentes.

4. Atendidos os limites legais dos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/15, a majoração da verba honorária a título de honorários recursais é medida que se impõe.

5. Agravo interno conhecido em parte e desprovido. (AgInt no AREsp 370.579/RJ, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe 30/06/2016).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE RECONSIDEROU O ANTERIOR DECISUM SINGULAR PARA NEGAR PROVIMENTO AO APELO NOBRE. IRRESIGNAÇÃO DO AUTOR.

[...]

4. Deixa-se de aplicar honorários sucumbenciais recursais nos termos do enunciado 16 da ENFAM: "Não é possível majorar os honorários na hipótese de interposição de recurso no mesmo grau de jurisdição (art. 85, § 11, do CPC/2015)".

5. Agravo interno desprovido. (AgInt no AgRg no REsp 1200271/RS, Rel. Min. Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 17/05/2016)

Contudo, merece provimento o pedido de fixação de honorários sucumbenciais, tendo em vista que o provimento do Recurso Especial que reformou a decisão do Tribunal *a quo*, invertendo-se assim os ônus sucumbenciais.

Constatada a omissão, dou parcial provimento aos embargos de declaração, para sanar o vício apontado, invertendo-se os ônus sucumbenciais.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator